

Socialismo do Século 21



**Caderno
de debates**





Socialismo do Século 21



**Caderno
de debates**





Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta
Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Moraes Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico
Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampayo Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos
Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.
Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Socialismo do Século 21

Organização
FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Daniel Angelim

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Revisão
Dafne Melo



Sumário

Um partido do socialismo e da liberdade para o Século XXI Paula Coradi e Edson Miagusko	08
Para um socialismo do século XXI Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	16
Teses para o socialismo no século 21 Contribuição ao debate programático do PSOL Agatha Cristie e Henrique Canary	20
Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência-Reconstrução Democrática, LSR e Rebelião Ecosocialista	28
Socialismo do Século XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégicos Revolução Solidária	34

UM PARTIDO DO SOCIALISMO E DA LIBERDADE PARA O SÉCULO XXI

Paula Coradi Professora, historiadora e Presidenta nacional do PSOL

Edson Miagusko sociólogo, professor universitário, é presidente do Conselho Curador da FLCMF



O século XXI nasce sob o signo do terrorismo; do desmonte das políticas de proteção social na Europa; da volta dos nacionalismos e das guerras de rapina, como as travadas pelos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque; do avanço dos populismos de direita na América Latina, Ásia e África.

A reestruturação capitalista promovida pela agenda neoliberal — desregulamentação das leis trabalhistas, abertura comercial irrestrita, fortalecimento das frações monopolistas da burguesia, privatizações e

plena hegemonia do capital financeiro e especulativo — elevou à condição de lei os interesses do verdadeiro corporativismo representado pelo rentismo e seus aliados.

Organismos internacionais criados para reproduzir essa agenda em todo o mundo, como o FMI, a OMC e o Banco Mundial, introduziram regras que estrangulam a gestão macroeconômica e a autonomia dos Estados nacionais, sempre em nome da “saúde financeira” do sistema. Todas as dimensões do capitalismo, como a divisão internacional do trabalho, os padrões

tecnológicos e de organização empresarial, os sistemas de crédito e os mercados financeiros, bem como as regras de concorrência e os regimes monetários, foram capturados pelo discurso neoliberal do “equilíbrio fiscal”. Devido à redução da capacidade de intervenção na economia e maior dependência dos fluxos externos, economias periféricas ou semiperiféricas ficam reféns dos humores do mercado, sendo as primeiras vítimas das crises do sistema.

A virada do século teve uma série de crises. Algumas surgiram em países com menor desenvolvimento, como Brasil, México, Coreia do Sul e, de modo mais dramático, Argentina. Os bancos assumiram o domínio absoluto na nova dinâmica da acumulação capitalista. A produção industrial se concentrou na Ásia, criando uma nova potência mundial — a China — e modificando profundamente a organização da classe trabalhadora no Ocidente. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos o sistema de proteção social encolhia, nas periferias e semiperiferias do sistema crescia terrivelmente a informalidade e, com isso, o individualismo ganhava terreno, corroendo tradições associativistas e minando a solidariedade de classe.

Nas últimas décadas do século passado, porém, houve uma mudança nos padrões de acumulação de capital no nível mundial, com graves consequências para os países da semiperiferia do sistema, como o Brasil. A par-

tir de um novo polo hegemônico — o capital financeiro — o capitalismo pôs abaixo os mais desenvolvidos sistemas de controle do capital, a saber, o Welfare State keynesiano e o socialismo soviético, tornando-se incontrolável e profundamente destrutivo.

Ao contrário das teorias que defendem a existência de ciclos infinitos de expansão/recessão do capital, o capital enfrenta limites estruturais à sua reprodução, com sucessivas quedas das taxas de valorização, justificando a contínua depressão dos padrões de acumulação. Estratégias como a expansão da valorização especulativa através do mercado de ativos financeiros ou a ampliação da tendência decrescente do valor de uso das mercadorias constituem tentativas de responder à crise da reprodução industrial. Essa crise estrutural impacta profundamente a organização social da produção e, consequentemente, toda a vida em sociedade.

A crise do neoliberalismo e os projetos em disputa

Nesse contexto, o neoliberalismo surge como estratégia para retomar os padrões de acumulação declinantes depois dos “trinta anos dourados” do capitalismo do pós-guerra na Europa, Japão e Estados Unidos. Essa nova fase é caracterizada pela redução do papel do Estado em comparação com o que foi desempenhado durante a construção do Welfare State e pela

abertura comercial. Privatizações de empresas públicas, tratados bilaterais ou multilaterais que eliminam barreiras tarifárias e não tarifárias, facilitando a circulação de produtos e capitais estrangeiros, desregulamentação de leis de proteção trabalhista, previdenciária ou ambiental, e indução de crises que permitam a promoção de reformas impopulares rápidas.

Essa estratégia, no entanto, não poderia ser desenvolvida sem conflitos. As crises econômicas dos anos 1990 motivaram um forte movimento contra a globalização neoliberal,

que encontrou no Fórum Social Mundial uma síntese possível das lutas daquela fase. Mas esse movimento não tinha uma perspectiva comum do papel da disputa do poder e perdeu vigor, sendo incapaz de responder ao ciclo de enfrentamentos aberto com a crise na Argentina (2002).

Na primeira década do século XXI, as promessas de crescimento econômico, democratização do acesso a bens e serviços e aumento da eficiência não poderiam ser cumpridas. A crise de 2008 é a faísca que demonstra os efeitos da dinâmica especulativa e seus efeitos sobre a realidade. A maioria dos governos do capitalismo central promoveu um duro ajuste recessivo, que resultou no corte de direitos e no cerceamento da capacidade de decisão de governos em todo o planeta.

A nova etapa do neoliberalismo em crise, aberta nesse período, também alimentou um novo ciclo de lutas so-

ciais, que passou pela chamada Primavera Árabe; pelo movimento dos “indignados” nas praças da Espanha, Grécia, Portugal e França; pelo questionamento ao plano de resgate dos bancos nos Estados Unidos representado pelo movimento “Occupy Wall Street” e pela explosão de uma série de mobilizações populares na América Latina, passando por Chile, Colômbia, Brasil e Argentina. Diante da reação popular à crise da globalização neoliberal, o sistema tornou-se mais agressivo.

Houve um impulsionamento dos movimentos de extrema-direita em todo o mundo que passaram a ganhar mais força, atuando por dentro e por fora do regime, com recursos extremos do golpe de Estado, usado na Bolívia e no Brasil, a manipulação do sistema judiciário e dos procedimentos legais (lawfare) contra adversários — como aconteceu com Lula e com lideranças progressistas de Argentina, Colômbia e Equador, refletindo a violência da nova etapa histórica aberta na década passada. Esse avanço da extrema-direita se apoia também numa crise de esperança na capacidade das instituições em oferecer saídas para as mazelas diversas que afligem o povo. A crise é de legitimidade da própria forma Estado e dos modelos de realização desse, sobretudo da própria democracia liberal.

Essa etapa também se manifesta na crise de projetos. Diante da crise da hegemonia dos Estados Unidos e da sua proposta de globalização neo-

liberal, sustentada por quase 50 anos pela União Europeia, outros projetos buscam assumir a liderança. É o que acontece com a China e sua proposta de “Nova Rota da Seda”, um megaprojeto de infraestrutura capaz de facilitar as trocas comerciais entre os países do Sul global sob liderança chinesa. As características do sistema político e econômico chinês não permitem que outros países se

associem ao seu projeto senão na condição de “sócios menores”. A Europa, perplexa com a radicalização promovida pela extrema-direita nos Estados Unidos, tenta salvar o projeto neoliberal, mas ampliando os investimentos em infraestrutura e defesa para garantir uma saída “autônoma” diante das incertezas do mundo.

E as esquerdas, o que podem oferecer como projeto para a crise do neoliberalismo? As forças hegemônicas no campo das esquerdas — a social-democracia na Europa e o progressismo reformista na América Latina — seguem sequestradas pela ortodoxia econômica em, pelo menos, dois aspectos. O primeiro em relação à necessidade de manutenção de superávits fiscais para preservar a “confiança do mercado” e de potenciais investidores. O segundo, presa ao mito de um caminho mais ou menos autônomo que permita, com investimentos públicos diretos e crescimento econômico continuado, criar as condições para uma reindustrialização e a tão sonhada entrada no “clube dos desenvolvidos”.

Essa visão, que demonstra em última instância a resiliência nas esquerdas do que economistas críticos chamam de “mito do desenvolvimento”, impede a postulação de um modelo realmente alternativo, baseado na produção e distribuição de riqueza, no adequado financiamento do Estado e na transição ecológica. Em outras palavras, o que estamos afirmando é a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo na atual etapa do capitalismo, o que joga por terra as visões desenvolvimentistas presentes em parte da esquerda brasileira. A ideia de que um país da semiperiferia do capitalismo, como o Brasil, pode, seja por via da indução do mercado interno, seja por um neoextrativismo de commodities, alcançar os padrões de desenvolvimento dos países do capitalismo central não passa de uma ideologia que atrasa a formulação de uma alternativa. Sem pensar fora dessa caixa, as esquerdas seguirão reféns de uma visão teórica e política falsas.

Mergulhadas na crise do neoliberalismo, democracias frágeis e sequestradas pelo poder econômico se tornam alvos fáceis da extrema-direita, que ganha terreno prometendo o retorno a uma era dourada de ordem e progresso que nunca existiu. Frente ao medo e às incertezas em relação ao futuro, surge uma situação paradoxal. De um lado, o centro político entra em crise, incapaz de conectar-se com as demandas populares e totalmente subjugado às necessidades

de reprodução do sistema. De outro, o medo gera uma interdição às propostas mais radicais da esquerda, vistas como sinônimo de mais insegurança. É aí que ganham terreno os populistas de direita ou ressurgem das cinzas lideranças carismáticas que

habitam o imaginário das maiorias sociais, enquanto o velho progressismo reformista, incapaz de compreender as mudanças nessa etapa histórica, segue apostando tudo no combate às desigualdades econômicas e no neoextrativismo, ignorando a importância que a luta cultural ganha em momentos como esse.

A crise climática é uma oportunidade para questionar o atual modelo econômico e social baseado no capitalismo neoliberal, que promove padrões de produção e consumo insustentáveis, especialmente para os países do Sul global. Em vez de adotar visões românticas ou fórmulas prontas, é necessário construir um caminho alternativo com base na realidade e consciência popular, promovendo um projeto antineoliberal e socialista. Três vetores sustentam essa proposta: a solidariedade frente aos desastres climáticos, o fortalecimento do papel do Estado e a construção de um novo modelo econômico sustentável que vá além do agronegócio predatório.

Os socialistas democráticos devem, portanto, articular a crise climática com a defesa de outro modelo econômico. Em outras palavras, a crise climática não pode ser um significante

vazio. A visibilidade da crise climática e a crise da pandemia do COVID-19 desnudaram o que Nancy Fraser denominou como “capitalismo canibal” para nomear o sistema social atual. A metáfora do canibalismo revela como o capitalismo priva um estabelecimento de um elemento essencial para seu funcionamento a fim de criar ou sustentar outro.

Para cada um desses aspectos predatórios o capitalismo apresenta uma forma ampliada de dominação: na reprodução social, os cuidados são majoritariamente realizados por mulheres, apontando o gênero como marcador estruturante das desigualdades no capitalismo; na natureza, a dimensão predatória do capitalismo sobre os recursos naturais, do qual a crise climática é sua dimensão mais evidente; o poder público canibalizado pela economia, dissociando cada vez mais os interesses econômicos da maioria dos cidadãos e afrontando a existência de regimes minimamente democráticos; e por fim, a expropriação de povos e culturas revelando a dimensão essencialmente racista deste capitalismo.

Um PSOL socialista onde todas as lutas se encontram

É importante apresentar o diagnóstico do presente com todas as suas consequências. Contudo, um sistema, mesmo que esteja moribundo, não se desconstrói apenas por suas con-

dições intrínsecas e eminentes. É preciso que se tenha os sujeitos/sujeitas dessa transformação, mesmo que suas condições objetivas se manifestem. Não basta apenas apontar as contradições, é preciso compreendê-las e, sobretudo, agir na política para que a existência desses sujeitos/sujeitas se manifestem na sua integridade e respectivas alianças.

É nesse ponto, que o PSOL e a construção de uma ‘nova esquerda’ se tornam essenciais. A solução para a crise profunda que vivemos não está em voltarmos para trás. Mas, está em construirmos um efetivo diagnóstico do presente para construir as formas de resistência necessárias a enfrentar esta situação atual, assumindo novos compromissos estratégicos que incorporem tudo o que o PSOL acumulou coletivamente nestas duas décadas de existência, em que já avançamos em formulações testadas com êxito e que demandam atualização e incorporação no programa partidário.

Primeiro, o PSOL deve continuar se reafirmando como um partido socialista, democrático, popular, feminista, anti-racista, ecológico e libertário, espaço para o enfrentamento da enorme desigualdade em nosso país. Porque a crise econômica, do clima, da democracia vem do próprio sistema capitalista. Isso significa questionar o neoliberalismo e a ideia de que só crescer resolve. A crise do clima, por exemplo, é uma das lutas mais anticapitalistas que existem. Ela nos

obriga a questionar o modelo em nível mundial e junta a economia, a cultura e a política. Um programa para enfrentar a crise climática, que enfrente o agronegócio que destrói, que financie a troca para energias limpas e que gere empregos para se adaptar às mudanças do clima.

Segundo, entender como as pessoas vivem e se organizam hoje, e a centralidade da interseccionalidade. Raça, gênero, sexualidade, território, religião se cruzam com a experiência de classe. O PSOL tem um lugar especial nesse debate e precisa destacar a importância da raça e do gênero para entender a desigualdade e a violência e quais são os sujeitos e sujeitas fundamentais para construirmos as mudanças que o Brasil precisa.

Terceiro, precisamos defender o nosso projeto de uma democracia radical. Construir o poder com e para quem vive do trabalho. Isso quer dizer uma nova democracia, “baseada nos bairros, nas comunidades, nos movimentos populares organizados, na transparência e na vontade da maioria do povo”. Usar ferramentas de participação popular, como conselhos, e aprender com os povos tradicionais é fundamental. Defender essa democracia radical é a forma central de lutar contra o autoritarismo da extrema-direita.

A atualização programática que estamos construindo é, em essência, um convite à participação de cada filiado e militante do Partido. É um chamado para visitar, avançar e provocar

novas questões. É hora do PSOL reafirmar seu compromisso com a transformação social e se projetar como um instrumento para a reorganização da esquerda, mantendo suas bandeiras, incorporando as agendas do

presente. Assim, o PSOL se consolida como alternativa democrática, capaz de mobilizar a esperança, enfrentar o medo e apresentar saídas para a construção de um futuro socialista. ■



Para um socialismo do século XXI

Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



O século XX foi marcado por guerras e revoluções. Atualmente, essas duas marcas seguem presentes. Mas agora temos uma falta de modelo alternativo, como se o capitalismo fosse eterno. Nesse sentido, temos um retrocesso na subjetividade das classes trabalhadoras. Afinal, a perspectiva socialista no século XX foi animada pela existência de várias revoluções sociais vitoriosas que expropriaram os capitalistas. Depois da Rússia, houve revoluções na Iugoslávia, na China, em Cuba, no Vietnã. Além disso, pelo peso da vitória soviética na guerra contra o nazismo, no leste europeu o capital também foi expropriado e foram construídos estados operários, ainda que burocraticamente degenerados pelo stalinismo em todo o leste europeu. Assim, um terço da humanidade viveu em

estados onde a burguesia havia sido expropriada. A maior contradição deste século foi que essa deformação e degeneração do socialismo terminou com a restauração capitalista, da qual a queda do Muro de Berlim foi o fato mais simbólico.

A crise estrutural do capitalismo e sua fase mais agressiva do imperialismo norte-americano por sobrevivência, têm aquecido as lutas no mundo contra a barbárie deste sistema. A ausência de saídas dentro do sistema abre espaço, como no passado, para a sua face neofascista. Mas a solidariedade internacional à Palestina e as lutas em curso contra o ataque aos trabalhadores e seus direitos, as lutas dos povos que tendem a ser mais fortes amanhã do que hoje, empurram para que novos dirigentes sejam testados. Assim, nada mais tolo do que imaginar o final da história e o triunfo final

do capitalismo. A luta continua.

Nesse cenário, muitos partidos e movimentos abandonaram a perspectiva socialista. Outros tantos buscaram novas interpretações do que seria o socialismo, numa versão contemporânea do revisionismo do início do século passado. Ou então, numa cópia de si mesmos, reafirmaram certezas ignorando as dúvidas do presente.

Enfrentamos um período histórico de inédito patamar da crise capitalista. Vivemos uma crise multidimensional, com suas dimensões econômica, social, política e ambiental, combinada com o avanço da extrema direita pelo mundo. O projeto da financeirização neoliberal que hegemonizou o debate político mundial nas últimas décadas do século XX e do início do século XXI chegou a um limite crítico após a crise de 2007/2008, com os limites para a realização do capital se estreitando cada vez mais e a manutenção dos padrões de lucro cada vez mais complexa para os capitalistas, sobretudo no Ocidente.

Também há um acirramento da disputa pela hegemonia geopolítica entre o imperialismo norte-americano e seus sócios menores da União Europeia e o “capitalismo de Estado” chinês, além da intensificação das guerras e conflitos pelo

mundo. Donald Trump na Casa Branca busca dar um tratamento de choque capitalista e recuperar o papel hegemônico do imperialismo nor-

te-americano no mundo, com uma política muito mais imprevisível, agressiva, expansionista, neocolonial e predatória.

Nesse contexto, a burguesia mundial de conjunto mostra sua incapacidade para resolver a crise e se divide. De um lado, estão seus agentes neoliberais que continuam apostando na globalização financeira alicerçada por regimes democráticos burgueses cada vez mais questionados e em crise. De outro, a extrema direita responde à crise através de sua própria demagogia aparentemente radical, buscando aprofundar ainda mais os padrões de exploração e espoliação através da ideologia reacionária e de ataques antidemocráticos. Um novo fascismo tem surgido da crise sistêmica, que se consolida como o principal inimigo dos trabalhadores e dos povos. Sua máxima expressão é Netanyahu com sua política genocida e de limpeza étnica da Palestina.

A emergência climática e a crise sanitária permanente - consequências da mesma dinâmica neoliberal - se colocam como problemas objetivos para estes projetos burgueses, afinal, não há saída real possível para tais problemas imediatos dentro do modo de produção capitalista. Nesse sentido, tanto o negacionismo científico como as saídas de mercado (como os créditos de carbono) são totalmente insuficientes, nos dando um bom exemplo atual da profundidade do problema e da própria irracionalidade capitalista.

A classe trabalhadora percebe esta conjuntura de forma muito concreta através de diversas formas: na crescente precarização das relações de trabalho, no sucateamento dos serviços públicos, na diminuição das verbas para a assistência social, na ruptura das relações de solidariedade comunitária promovida por esta nova lógica de trabalho, na espoliação de seus territórios e recursos, na violência estatal sistemática contra negros, indígenas e outras populações racializadas pelo planeta, entre tantos outros exemplos. Nesse contexto, surge o neofascismo, consequência combinada da crise capitalista e da frustração popular com alternativas políticas insuficientes.

As alternativas oportunistas aplicadas pelo social-liberalismo, como o projeto de conciliação de classes operada por Lula, tiveram mais êxito antes de 2007/2008, mas hoje despertam muito menos esperança e estão mais associadas a tudo que parece ser mais do mesmo justamente pela “margem de manobra” menor de governos reformistas que não cogitam romper com o grande capital. Na prática, governos eleitos por ampla unidade antifascista assumem a mesma ortodoxia econômica capitalista e acabam estimulando a frustração social semeadora do fascismo.

Para os socialistas coerentes, a independência política - sempre em defesa dos interesses da classe - é a qualidade mais importante nessa situação. Perante as

ilusões efêmeras do poder institucional, um projeto político independente é a resposta ao oportunismo que nos confunde com o próprio regime político burguês. A ampla unidade antifascista pelas liberdades democráticas deve se combinar com a mobilização popular permanente, também pelas pautas econômicas da classe trabalhadora, sempre em busca da construção de alternativas antissistêmicas e revolucionárias.

A reivindicação de suposta neutralidade do Estado é a base teórica para a conversão de parte da esquerda em gestores do capitalismo, rebaixando o horizonte ao possibilismo. Não é uma estratégia nova nem original.

O PSOL reivindica um partido do Socialismo e da Liberdade. Acreditamos que a superação do capitalismo por uma ordem social baseada na apropriação coletiva dos meios de produção, com igualdade radical de condições e oportunidades e com soberania popular. O socialismo não só é possível, como indispensável. É inegável, mesmo entre pensadores liberais, que para se sustentar, o capitalismo tem produzido devastação da natureza, desigualdade e violência. Mas acreditamos que essa nova ordem social deve ser profundamente democrática, baseada na liberdade e na promoção das potencialidades humanas. Nosso socialismo terá as cores do povo, sua diversidade, suas formas de amar, de viver e de crer.

Esse é o maior desafio dos socialistas no século XXI: retomar os sig-

nificantes que expressam um outro mundo possível - o poder popular, a justiça, a igualdade, a liberdade - frente à ofensiva desatada pelo individualismo neoliberal. As condições objetivas para a construção de uma nova ordem social estão dadas. O trabalho humano produz riqueza suficiente para que ela seja distribuída de forma a superar as profundas desigualdades sociais que marcam nosso tempo, estabelecendo uma nova harmonia com a natureza.

Um programa alternativo para o país tem que ter nas suas bases fundadoras o horizonte da ruptura com o imperialismo e suas formas de dominação. A defesa da independência do país é uma bandeira irrenunciável do socialismo e somente poderá ser conquistada pela mobilização dos trabalhadores e do povo. Na atual correlação de forças mundial, o caminho dessa independência passa também pela integração dos países da América Latina. Diante da tendência de maior polarização do imperialismo norte-americano em crise e o resto do mundo, a luta contra a ditadura do dólar nas relações de trocas internacionais e os ditames do FMI e Banco Mundial, tem sido muito importante a localização do Brasil no projeto dos Brics e na relação Sul-Sul. Principalmente diante do desprezo do imperialismo contra as organizações multilaterais como espaço de mediação entre os Estados.

Também nos solidarizamos com todos os povos que lutam pela sua

autodeterminação, como palestinos, curdos e saarauís. Além da importante luta dos povos africanos pela sua segunda independência do imperialismo francês.

Além de anticapitalista, antifascista e antiimperialista, consolidamos, igualmente em nosso programa, referências feministas, antirracistas e de combate à LGBTfobia. E incorporamos um compromisso com a luta dos sem terra, dos sem teto, dos povos indígenas e tradicionais por seus direitos e territórios. É preciso que o nosso partido também adote o Ecosocialismo como horizonte estratégico, entendendo que o colapso ambiental que vivemos coloca a questão da sobrevivência da humanidade e do planeta no centro do debate político e das alternativas de futuro.

Para isso, um partido que queira fazer avançar a luta socialista no século XXI deverá defender a liberdade ou não estará a serviço do socialismo. Um partido, sozinho, não pode dar conta desse desafio. Mas é indispensável oferecer um projeto capaz de pensar a organização da política - e do poder - a partir da vontade de mudança das maiorias sociais, construindo uma hegemonia dos que vivem do trabalho para derrotar o capital. Nesta perspectiva, é fundamental impulsionar o desenvolvimento da auto-organização da classe trabalhadora para a conquista de um governo dos trabalhadores e do povo, que faça possível a transição ao socialismo. ■

Teses para o socialismo no século 21

Contribuição ao debate programático do PSOL

Agatha Cristie Executiva do Setorial Nacional de Mulheres do PSOL e militante da Insurgência

Henrique Canary militante da Resistência



O socialismo foi a ideia e o movimento de massas mais poderosos do século 20. O primeiro quartel do século 21, no entanto, tem sido um tempo de questionamento, de fragmentação e mesmo desmoralização dessa ideia. Mais recentemente, a crise de hegemonia burguesa, associada à ausência de uma alternativa socialista de massas tem possibilitado o

renascimento do fascismo, que ameaça mergulhar o mundo numa nova era de trevas e violência. A atualização programática do PSOL trata, portanto, da urgência de reencontrar os caminhos para tornar o socialismo um movimento real, uma ideia que, tomada pelas massas, se torne força material e seja capaz de mudar o país e o mundo. Nesse sentido, lançamos algumas teses para o debate.

1) O fim da União Soviética e a volta do capitalismo aos países do leste europeu no início dos anos 1990 representaram uma grande derrota para o movimento de massas. No entanto, não devem ser considerados como a derrota definitiva do próprio socialismo. Trata-se do fracasso de uma experiência concreta e específica. O próprio capitalismo levou séculos para se tornar um modo de produção dominante no mundo inteiro. Tudo leva a crer que o socialismo, em sua luta por se materializar, encontrará as mesmas – e talvez até maiores – dificuldades, retrocessos e recuos temporários, contradições.

2) A luta pelo socialismo segue viva enquanto houver capitalismo, enquanto houver uma classe de trabalhadores expropriados (sejam eles assalariados, autônomos ou platformizados) sendo explorados por grandes proprietários. A despeito das enormes mudanças no mundo nas últimas décadas, seguimos vivendo em uma sociedade de classes, na qual se observa um aumento da exploração, uma ampliação numérica da classe trabalhadora, uma crise cada vez mais aguda das antigas formas de dominação, uma emergência climática provocada pela destruição ambiental e que ameaça a civilização e talvez a própria vida humana sobre a Terra.

3) O socialismo do século 21 se depara, portanto, não apenas com a

tarefa de superação da sociedade de classes por meio da socialização da produção e da riqueza. A tarefa consiste agora também em estabelecer uma nova lógica produtiva, focada não mais no crescimento infinito e na exploração extensiva dos recursos naturais, mas na regulação consciente do metabolismo do ser humano com a natureza: a transição energética, a recuperação dos biomas, a proteção de áreas, populações e modos de vida. O socialismo do século 21 é, portanto, ecossocialismo.

4) Não é possível prever os mecanismos concretos que resultarão no estabelecimento de um governo socialista. Pode-se antecipar, no entanto, que não apenas a transição socialista, mas a própria ascensão de um governo socialista só são possíveis com um poderoso processo de mobilização social. Trata-se, assim, de reconstruir os laços com o movimento de massas tal como ele é hoje, com suas contradições e dificuldades, perigos e oportunidades. É preciso construir uma ampla aliança que seja capaz de se opor à dominação capitalista: trabalhadores, desempregados, movimentos sociais, pessoas ocupadas com a reprodução social da vida, pequenos proprietários, povos e comunidades originárias e tradicionais. É o que se convencionou chamar a conquista da hegemonia.

5) Em um país periférico, semicolo-

nial, fruto da escravidão e da violência como o Brasil, o socialismo terá de encarar enormes tarefas. Dentre elas, a superação da desigualdade talvez seja uma das maiores. A desigualdade social é herdeira da escravidão negra e do genocídio indígena. Um governo socialista precisa promover muito mais do que uma mera redistribuição de renda à população mais sofrida. Precisarà encarar o problema da brutal concentração de riqueza que caracteriza o Brasil. Isso precisará ser feito inclusive por meio da nacionalização de ramos e empresas, além de leis que limitem a possibilidade de acúmulo infinito de riquezas. Essa luta começa hoje com a defesa da justiça tributária, taxar os super ricos e acabar com a escala 6x1, reduzindo a jornada de trabalho. Novamente, para isso, será preciso muita mobilização de massas e apoio popular ativo.

6) Um governo socialista não pode ser refém dos mecanismos de administração que são, em sua essência, excludentes da participação popular. Conquistar a hegemonia, criar maioria social, angariar apoio de massas – tudo isso requer a criação de novos instrumentos de governança e mobilização que invertam a lógica de que os de cima governam enquanto os de baixo votam uma vez a cada quatro anos: conselhos populares, consultas permanentes, conferências, canais de comunicação com a população, digitalização e simplificação da adminis-

tração pública. Todas essas e muitas outras são medidas necessárias para implementar na prática o princípio de que o socialismo é, do ponto de vista político, a autodeterminação e o autogoverno das massas.

7) Um governo socialista deve romper a lógica de dominação imperialista ao mesmo tempo em que evita o isolamento internacional. Será preciso enfrentar os monopólios e oligopólios internacionais que exploram e destroem o nosso país, o que certamente gerará uma forte reação da assim chamada “comunidade internacional”, que na maioria das vezes não passa da opinião dos centros imperialistas hegemônicos. É preciso buscar a solidariedade internacionalista entre os povos, mas também saber aproveitar as contradições do mundo atual para navegar em tempos difíceis. Um governo socialista pode e deve participar de blocos políticos e econômicos que promovam o multilateralismo e que signifiquem uma resistência (ainda que mediada) ao imperialismo hegemônico, principal ameaça à vida na Terra. Mas nunca devemos esquecer que o nosso objetivo é a superação das próprias fronteiras nacionais e a constituição de um ordem internacional baseada não em Estados, mas na livre colaboração dos povos. A articulação com governos e movimentos sociais da América Latina, África e Sul Global em geral será determinante para romper o cordão

sanitário que o imperialismo certamente construirá em torno de uma nova experiência socialista.

8) Na atual etapa de desenvolvimento histórico, é decisivo o enfrentamento ao monopólio tecnológico cada vez mais concentrado nas “big techs”. Esses oligopólios se tornaram um dos setores mais vorazes, reacionários e intervencionistas do capitalismo contemporâneo: promoção de golpes, financiamento da extrema-direita, intervenção em eleições, pressão por mudanças legislativas nos países etc., além de serem um dos setores mais lucrativos do capitalismo moderno. A revolução tecnológica que esses setores promoveram não é fruto da genialidade de seus CEO’s, mas do trabalho árduo de engenheiros, programadores, técnicos, funcionários, bem como fruto do consumo desenfreado de enormes quantidades de recursos, principalmente água e energia. O socialismo do século 21 precisa produzir novas formas de socialização do conhecimento e produção de novas tecnologias - que sirvam ao interesse coletivo em todas as suas etapas. Isso significa disputar o controle da sociedade sobre as empresas e a tecnologia para que estejam comprometidas com o desenvolvimento social e a promoção dos melhores valores humanos e ecológicos, em oposição à atividade predatória e desumanizadora das atuais “big techs”.

9) Mas o capitalismo não é apenas um sistema de exploração. É um sistema de dominação global, que inclui em seus mecanismos a opressão, o controle dos corpos, a alienação, a transformação das diferenças em desigualdade. O capitalismo incorporou em suas engrenagens as velhas formas de dominação, que agora servem à reprodução ampliada do capital. Assim, o socialismo herda tarefas não apenas ligadas à exploração, mas também à opressão: a superação do racismo, do machismo, do sexismo, da lgbtqia+fobia, do capacitismo. Não há socialismo onde persistem formas de opressão. Leis antirracistas, atuação positiva do Estado para promover a igualdade, reconhecimento das tarefas de produção da vida como trabalho, direitos reprodutivos plenos – tudo isso é fundamental em uma sociedade socialista. A proposta socialista deve incorporar as demandas históricas dos povos, raças, e gêneros oprimidos com vistas à sua libertação e ao estabelecimento da plena igualdade de condições e direitos.

10) O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional ecosocialista. A desindustrialização e a primarização da economia das últimas décadas precisam ser revertidas. O Estado precisa ser o promotor de uma nova lógica de desenvolvimento, baseada na exploração racional dos recursos, com transição energética justa e pautada pela su-

peração dos combustíveis fósseis, recomposição da natureza degradada, produção agrícola agroecológica, reforma agrária, demarcação de todos os territórios indígenas e quilombolas, e com altíssima densidade tecnológica, uso da robótica, da inteligência artificial e das melhores práticas de organização da produção. É preciso implementar uma planificação econômica que atenda em primeiro lugar às necessidades internas de desenvolvimento ecossocialista: nova lógica de transportes, de organização do espaço urbano, distribuição de renda e riqueza, saúde e educação.

11) A velha demanda socialista da democratização dos meios de comunicação adquire uma dimensão dramática com as redes sociais, os grandes monopólios capitalistas de tecnologia e o fortalecimento da extrema-direita. É preciso acabar com qualquer monopólio nesse terreno: democratizar e regulamentar as redes resguardando a soberania nacional, combater a desinformação e as fake news, construir alternativas saudáveis, fomentar o florescimento de novos meios de comunicação não-corporativos, punir exemplarmente os abusos e crimes. As redes sociais e a internet em geral devem servir à democratização da vida, ao livre fluxo de informação responsável, ao lazer e à colaboração social e comunitária.

12) Um governo socialista precisa encarar as dívidas do passado: com a população negra, com os povos tradicionais e originários, com as mulheres e a população lgbtqi+, com as populações marginalizadas, oprimidas e superexploradas. Serão necessárias medidas de reparação histórica, a criação de uma desigualdade positiva que ajude a superar um passado e presente de violência. O objetivo é a plena igualdade racial, de gênero, regional, cultural, etária e de todo tipo.

13) O socialismo precisa devolver à classe trabalhadora os direitos perdidos: a anulação de todas as contrarreformas reacionárias dos últimos anos e a reversão das privatizações. É preciso construir uma sociedade (e portanto uma economia, leis, mecanismos políticos) que sirvam ao ser humano e não o contrário. A sociedade não pode funcionar com o único objetivo do crescimento infinito para a obtenção de lucro. Para isso, precisamos de um Estado que planeja e promove, ao mesmo tempo em que mantemos e restauramos direitos sociais.

14) O Estado socialista não pode ser um mecanismo de opressão e violência contra os pobres. É preciso desmilitarizar as polícias, encerrar a guerra às drogas, a criminalização da pobreza, a perseguição e o assassinato da população das favelas e periferias. A atuação do Estado nas áreas mais vulneráveis deve primar pela promo-

ção dos direitos fundamentais: saúde, educação, lazer, cultura, transporte, moradia. É papel do Estado a regulamentação com pesquisa das substâncias psicoativas, bem como tratar o uso e a redução de danos como uma questão de saúde pública.

15) O socialismo deve encarar um grandioso projeto urbano nacional, combinando a habitação popular em imóveis ociosos (o Brasil tem mais imóvel vazio do que pessoas sem teto) e a construção de casas populares em áreas adequadas, seguras, urbanizadas, atendidas por todos os serviços estatais. É preciso descentralizar as cidades, os empregos, os lugares de lazer, estudo e trabalho. A cidade deve pertencer às pessoas, o que passa pela democratização radical dos espaços públicos, tarifa zero dos transportes públicos, acesso aos serviços sociais e culturais.

16) A liberdade religiosa é um dos valores mais caros ao socialismo. Não se pode construir uma sociedade socialista sem que se respeite a espiritualidade, as tradições e os costumes de um povo. Para tanto, a laicidade do Estado é essencial. O Estado deve promover a tolerância religiosa, o respeito a todas as crenças e combater o racismo religioso que se apresenta como ferramenta de violência contra o povo negro brasileiro. Ao mesmo tempo, não deve promover nenhuma religião em particular.

17) O socialismo precisa encarar o problema do imperialismo e da soberania nacional. O Brasil passou de colônia a semicolônia e nunca foi um país verdadeiramente independente, sempre esteve subordinado por mecanismos políticos ou laços econômicos desiguais com os países do centro imperialista. Não há socialismo sem soberania nacional: soberania política, alimentar, militar, energética, tecnológica e industrial. A luta pelo socialismo é, em última instância, uma luta pela superação do sistema imperialista mundial.

18) A reforma agrária segue sendo uma das bandeiras mais caras dos socialistas. A agricultura familiar, a pequena propriedade de alta densidade tecnológica já demonstraram as suas potencialidades em termos de produção e preservação ambiental. Junto com isso, a preservação e o respeito aos modos de vida tradicionais, como dos povos indígenas, comunidades quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e outras. É preciso romper a lógica do agronegócio exportador e poluidor, que enriquece enquanto ameaça nossa soberania alimentar e nossa vida; além de combater às mudanças climáticas e o racismo ambiental, garantir acesso universal à água e saneamento básico.

19) Não é possível governar qualquer país e muito menos conduzir uma nova experiência socialista sem

levar em conta o problema da Inteligência Artificial. Em si, trata-se de uma enorme conquista da humanidade: uma poderosa ferramenta de análise, sistematização e organização de dados, além, é claro, de suas capacidades gerativas. Sem IA, não é possível promover o planejamento econômico centralizado. Mas hoje a IA serve fundamentalmente à superexploração. Ela deveria promover a produtividade humana para libertar os trabalhadores das atividades mecânicas, repetitivas, monótonas, além de diminuir a carga laboral. É preciso,

por isso, criar alternativas nacionais e soberanas de IA: localizadas em território nacional, sustentáveis ecologicamente e com o seu processo de aprendizado monitorado e controlado permanentemente pela inteligência humana.

Em uma palavra, a luta pelo socialismo no século 21 é a luta por reacender a esperança em um projeto positivo de uma sociedade justa, igualitária, livre e democrática. Somente assim poderemos vencer os desafios do presente e transformar em realidade o projeto que nos une. ■

Socialismo do Século XXI: Renovar a utopia emancipatória para impedir o colapso social e ambiental

APS, Alicerce, Centelhas,
Insurgência-Reconstrução
Democrática, LSR e
Rebelião Ecosocialista



Crise estrutural do capital, colapso social e ambiental e a luta socialista

1) O capitalismo levou o mundo a uma crise estrutural de múltiplas dimensões: econômica, ambiental, social e política. Outro face desse cenário foi a crise da alternativa socialista. Coloca-se como necessário resgatarmos a utopia socialista, não apenas para pôr fim às regressões sociais e democráticas que acompanham a expansão capitalista global, mas tam-

bém de salvar a humanidade de uma catástrofe ecológica sem precedentes.

2) A crise estrutural se combina com a crise da hegemonia norte-americana pós 2008, acirrando posturas imperialistas - sobretudo entre China e EUA - a militarização e as guerras comerciais. Como tentativa de sobrevivência, aceleram-se as reestruturações produtivas e as revoluções tecnológicas, tornando ainda mais dramáticas as incertezas no mundo do trabalho. O desenvolvimento capitalista baseado

em combustíveis fósseis não consegue esconder os desequilíbrios ecológicos que provoca.

3) A renovação da utopia socialista exige integrar as lutas contra todas as formas de dominação e opressão — classe, gênero, raça, colonialismo, autoritarismo e LGBTQI+. O socialismo do século XXI precisa ser revolucionário, democrático e plural, articulando pautas classistas, feministas, ecológicas e antirracistas, radicalmente diferente dos modelos do século XX e de qualquer regime estatista, mesmo os reformistas, ou ditatorial.

4) O saldo é o agravamento das desigualdades sociais com concentração de renda e riqueza nas mãos dos 1% da população mundial. Hoje, a classe trabalhadora e os povos oprimidos pelo imperialismo são as principais vítimas de uma rápida caminhada da humanidade para o abismo.

5) O agravamento da crise climática, sobretudo pela emissão crescente de gases de efeito estufa, impõe limites para a repetição de modelos de desenvolvimento anteriores. A superexploração dos bens comuns da natureza, com poluição e destruição da biodiversidade, pode nos levar a um ponto de não-retorno do desequilíbrio dos ecossistemas do planeta.

6) A ampliação da consciência quanto à gravidade da crise ambiental e

da inviabilidade de qualquer solução no capitalismo é fundamental. O ecosocialismo deve ser nosso principal horizonte estratégico, em contrapartida ao imperialismo e ao capitalismo verde, que acredita ser possível conciliar exploração predatória com preservação do planeta, ignorando o racismo ambiental e as disputas dos territórios urbanos e rurais.

7) Os desafios impostos pela crise ecológica devem permear todas as lutas contra a atual ordem global. A superação da “fenda metabólica” entre as sociedades humanas e seu ambiente de vida e o respeito pelo equilíbrio ecológico do planeta são fios condutores de nosso programa e estratégia.

8) É necessário enfrentar os grandes oligopólios nacionais e mundiais do agronegócio, da mineração, das energias predatórias etc. É preciso lutas imediatas pela redução dos gases do efeito estufa com uma transição energética justa, priorizar o uso de sistemas alimentares agroecológicos com reformas agrária e urbana, reduzir desigualdades – os mais ricos impactam muito mais na degradação ambiental – e combater a formação de zonas de sacrifícios na Ásia, África, América Central e do Sul.

9) Para superar o capitalismo, o socialismo do século XXI precisa usar racionalmente as forças produtivas, planejando a produção de forma eco-

lógica. A redução da jornada de trabalho e a socialização dos meios de produção e consumo são essenciais para superar a barbárie capitalista.

Derrotar a extrema-direita e o grande capital é nosso principal desafio

10) A falta de alternativa com base de massas para a crise do capitalismo gerou a frustração que alimentou o reacionarismo. Os bilionários tomaram partido pela extrema direita, que oferece seus serviços para “salvar o sistema”. A extrema-direita – e as frações de classe que a sustentam – tentam salvaguardar o poder do capital. Têm como alvo a proteção ambiental e os programas sociais, e travam uma guerra contra os trabalhadores e os pobres, com muita manipulação.

11) Para derrotar a extrema direita, é fundamental reconstruir uma corrente socialista e revolucionária, baseada na mobilização e organização das massas trabalhadoras. Essa tarefa exige recuperar a iniciativa socialista na sociedade, indo além de ações governamentais ou judiciais.

12) A esperança de paz está se esvaindo. Mais de 30 países estão ou estiveram em guerras recentes. Enquanto os imperialismos travam guerras, medidas urgentes para a transição climática e um futuro sus-

tentável são adiadas. As guerras, calamitosas para as vidas humanas, são prejudiciais ao planeta. Destroem habitats, causam desmatamento, envenenam os solos, as águas e o ar, e são fontes de emissão de carbono. O capitalismo mundial está caminhando a passos largos para a guerra, o desastre ecológico, o genocídio e a barbárie neofascista.

13) Diante desse desafio, não basta questionar o neoliberalismo e revalorizar o papel do Estado. Nem mesmo seria suficiente interromper a dinâmica de acumulação (objetivo impossível sob o capitalismo). O consumo líquido global de energia deve diminuir radicalmente – o que significa produzir e transportar menos – e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo de energia nos países mais pobres para atender às necessidades sociais.

Um mundo socialmente igualitário, radicalmente democrático e integrado ao meio ambiente

14) Precisamos reconstruir um projeto emancipatório dos explorados e oprimidos. Projeto classista que mude profundamente o comportamento, o consumo, a relação com o resto da natureza, a concepção de felicidade e a visão que os seres humanos têm do mundo. Um projeto antiprodutivista para viver melhor sem destruir o meio ambiente.

15) Nossa perspectiva socialista tem dois eixos fundamentais: a desalienação do trabalho de bilhões de pessoas e a interrupção da destruição da vida, reparando o máximo possível os danos. Queremos construir uma vida boa para todos reduzindo o consumo de matéria e energia atrelado ao capitalismo, levando em conta as responsabilidades diferenciadas e reduzindo a produção material.

16) Para tanto, será fundamental garantir a hegemonia da propriedade pública-estatal (socialização dos meios de produção), o planejamento democrático e a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas (ciência, tecnologia, inovação e formação técnica dos produtores) integrados à necessidade de preservação e restauração do meio ambiente.

17) A transição socialista constituirá um novo poder estatal e uma nova relação política na sociedade. Sua implementação será possível com a vitória revolucionária dos trabalhadores e do povo oprimido sobre a burguesia e seu aparato militar. A partir daí, todo aparelho de administração estatal voltado à reprodução dos privilégios anteriores e à repressão ao povo trabalhador será desmantelado e se construirá uma nova democracia, de caráter socialista.

18) Por isso, é necessário rejeitar a estratégia falha de conciliação de

classes e frentes com uma ilusória burguesia progressista, estratégia em curso no Brasil. Só um governo sob a direção dos trabalhadores será capaz de romper com as amarras desse sistema.

Nova economia: planejamento social democrático e socialismo

19) Para alcançarmos nossos objetivos é fundamental o fim dos monopólios privados e corporativos que exploram os trabalhadores e submetem a sociedade, e a simultânea introdução da administração partilhada entre o novo estado, os trabalhadores e a representação da sociedade civil, tornando-os propriedade pública-estatal.

20) Na transição, setores não monopolistas da economia poderão assumir configurações diferenciadas. Da propriedade pública-estatal de nível nacional, estadual ou municipal, à propriedade cooperativa dos próprios trabalhadores, à propriedade privada não monopolista. Sua configuração dependerá da importância para atender necessidades sociais básicas e de sua integração no planejamento geral. Pode-se admitir a possibilidade de investimentos estrangeiros produtivos, desde que dentro das prioridades definidas no planejamento social e submetidos ao mesmo padrão de controle de seus congêneres nacionais.

21) A condução da economia deve estar sob um plano social com participação popular, articulando democracia econômica e política. Coletivos descentralizados tomarão decisões locais, integradas a um planejamento geral para otimizar recursos. Trabalhadores e produtores participarão da gestão de seus locais de trabalho, orientando a produção e a distribuição pelo princípio de descentralizar sempre que possível e coordenar quando necessário.

Um novo padrão ético e cultural

22) A sociedade livre que queremos não se baseará no consumo ilimitado e sim na autolimitação escolhida e compreendida contra a alienação consumista. A deliberação coletiva possibilitará a superação de necessidades artificiais e a definição de necessidades “universalizáveis” – não reservadas a minorias.

23) Transformaremos nossos espaços sociais, priorizando o cuidado com as pessoas e a natureza. Ao eliminar a especulação fundiária e o domínio do carro, poderemos reconfigurar o uso dos espaços públicos, aproximando centro e periferia, ampliando áreas de convivência e restaurando a natureza nas cidades com agricultura urbana e comunitária. O objetivo é reequilibrar populações urbanas e rurais e superar

a separação entre cidade e campo, criando comunidades sustentáveis e habitáveis.

Transição popular, democrática e ecológica radical

24) Há necessidade de uma alternativa geral e de um plano social baseado na produção e reprodução orientada para a satisfação das necessidades humanas e não para os lucros. A luta socialista deve transmitir essa percepção.

25) A compreensão da necessidade de uma mudança revolucionária global é uma tarefa que não se resolverá diretamente e sem dificuldades. Por isso é importante combinar a perspectiva global com as demandas imediatas com as quais se promovem mobilizações. Para conquistar as pessoas para a luta anti-capitalista são necessárias lutas que demonstrem que vitórias parciais são possíveis.

26) As lutas bem-sucedidas exigem uma melhor organização. Em tempos em que os sindicatos reduziram sua relevância política e a esquerda está fragmentada, é importante a cooperação prática não sectária, especialmente entre a esquerda anticapitalista, e ao mesmo tempo apoiar os trabalhadores em sua auto-organização.

27) Um programa que queira reformar o capitalismo ou superá-lo de forma fragmentada não terá sucesso. As reformas que aceitam as regras do sistema capitalista não são capazes de enfrentar os desafios das crises social, política e ecológica. E mudanças graduais na economia e no Estado nunca levaram a uma mudança de sistema. Os proprietários e especuladores não assistirão pacificamente ao confisco de sua riqueza e à privação de sua base de enriquecimento.

28) O tempo é curto e são necessárias medidas urgentes. Nossa tática é travar essas lutas agora com demandas concretas de transição. Esse é o início de um processo rumo à mudança global. Esses não são estágios históricos separados, mas momentos dialéticos no mesmo processo. Cada vitória parcial ou local é um passo nesse movimento, que reforça a auto-organização e incentiva a luta por novas vitórias. Até a grande vitória dos povos trabalhadores do mundo: o socialismo. ■

SOCIALISMO DO SÉCULO XXI: Radicalidade, enraizamento popular e desafios estratégicos

REVOLUÇÃO
SOLIDÁRIA



“De nada importa, na história, o valor abstrato de uma ideia. O que importa é seu valor concreto”
(José Carlos Mariátegui)

1.1. O socialismo, como utopia concreta, nasce das contradições da sociedade capitalista e da incapacidade desta de emancipar a humanidade e realizá-la plenamente por ser uma estrutura social baseada na exploração do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e na oposição entre a humanidade e a natureza. O caráter regressivo do capi-

tal, como relação social hegemônica no planeta hoje, torna-se ainda mais evidente em se tratando de uma sociedade de capitalismo dependente, formada a partir do escravismo e do colonialismo, como a brasileira. Ao mesmo tempo em que reivindicamos os avanços de diversos projetos socialistas realizados ao longo do século XX, identificamos seus limites

e insuficiências. Afinal, o socialismo não é um dogma (um conjunto pré-estabelecido de regras a serem impostas à realidade), mas um projeto político construído a partir da realidade concreta de cada sociedade. O projeto socialista é, por definição, histórico e anticapitalista. O resgate da utopia socialista como força mobilizadora aparece como tarefa central da conjuntura atual de enfrentamento à extrema-direita, capaz de vincular as lutas imediatas a um horizonte mais amplo de transformação social. A luta concreta é, portanto, o melhor indicador do sentido das transformações que queremos construir envolvendo milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiro na luta política, a partir das práticas comunitárias nas periferias, nas fábricas, nos territórios urbanos e rurais. Reivindicamos a potência socialista das múltiplas lutas do nosso povo: das cozinhas solidárias, das lutas sindicais, das ocupações sem-teto e sem-terra, dos pequenos agricultores, dos povos das águas, das matas e da floresta, dos quilombolas, indígenas, do movimento negro, LGBTQIAPN+ e das mulheres e da juventude. Todas essas lutas populares prefiguram valores socialistas e criam novas subjetividades que contribuem à formação de uma nova sociedade.

1.2. Um projeto socialista para o século XXI precisa estar fundamentado nas contradições materiais e subjeti-

vas do tempo presente. Identificamos que o capitalismo, em escala planetária, entrou em uma nova etapa de seu desenvolvimento, na qual a conjunção entre desindustrialização, financeirização e reprimarização da economia se soma o poder global das BigTechs como uma imposição estrutural aos países de economia dependente e periférica. Da perspectiva do mundo do trabalho, o advento das BigTechs, das plataformas digitais e da revolução técnico-científica – quando são mobilizadas a serviço do capital – tornam a situação mais complexa ao fragmentar os processos de produção, aumentar a exploração, estabelecer novas formas de sociabilidade e quebrar as identidades e a experiência de classe no que ela tem de solidariedade horizontal. Um dos resultados dessa combinação tem sido, no Brasil e no ocidente como um todo (Europa e América), o crescimento de uma extrema-direita fascista, campo político que vem conseguindo mobilizar eleitoral e socialmente amplas parcelas das classes trabalhadoras. É nesse cenário que o socialismo do século XXI precisa ser desenvolvido.

1.3. O campo socialista no Brasil se viu enfraquecido com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, observa uma desorientação estratégica porque, em sua maioria, partia de referências externas à dinâmica das relações capital e trabalho tal como se deram e estruturaram na realidade

brasileira. Se é verdade que o nosso projeto socialista é internacionalista, é fundamental entender que ele deve se estabelecer prioritariamente a partir e pela dinâmica concreta da luta de classes e da disputa ideológica na sociedade brasileira do século XXI. Parte do campo socialista, se não se vê como mero decalque das experiências do socialismo real do Leste Europeu, tem dificuldade objetiva em afirmar qual projeto e a partir de quais contradições se organiza a luta de classes no Brasil. De qualquer maneira, as condições sociais e políticas, do pós-ditadura à rearticulação do sindicalismo e dos movimentos sociais no campo e na cidade, foram diretamente impactadas pela vitória pelos Estados Unidos da Guerra Fria, pela derrota política e militar de projetos políticos nacionalistas de esquerda e de outros abertamente socialistas, na América Latina, Ásia e África e pela gradativa dominância do capital financeiro e desindustrialização da economia brasileira. Assim, a questão nacional precisa ser recolocada a partir dos termos atuais do processo político.

1.4. Esse bloco social e político – formado majoritariamente pelos setores das classes trabalhadoras em luta na cidade e no campo e as classes médias urbanas – encontrou maior consistência ao longo dos anos 1980, com a fundação do PT e a criação de diversas entidades dos movimentos

sociais (CUT, MST, MNU, etc), em um processo que se consolidou no chamado programa democrático e popular do PT (1987) e na noção – muitas vezes vaga – de socialismo democrático. Tal campo entrou na defensiva nos anos 1990, mas conseguiu protagonizar diversas lutas de resistência ao neoliberalismo naquele período, em um processo que levou à conquista da presidência pelo PT com Lula em 2002. Esse texto não pretende fazer um balanço daquelas experiências de governo, mas o fato é que o programa democrático e popular nunca chegou a ser efetivamente implementado.

1.5. Portanto, o projeto socialista não pode ser visto como um conjunto de ideias ou orientações éticas, embora ambas sejam importantes. O socialismo do século XXI precisa ser um eixo político-estratégico que parte das lutas concretas para unificá-las em um projeto histórico transformador. O socialismo do século XXI precisa ser construído como um projeto político capaz de responder aos dilemas concretos da nossa época, combinando radicalidade transformadora com enraizamento nas lutas populares. O programa do socialismo do século XXI deve partir de uma análise clara das novas configurações do capitalismo – da financeirização à uberização do trabalho – para formular respostas que unam reformas imediatas a um horizonte revolucionário. É a partir destas reformas que as ideias passam

a ganhar força material e capacidade de incidir na sociedade para que, em um primeiro momento, sejamos capazes de derrotar em definitivo a ameaça fascista da extrema-direita e, a partir disso, posicionar uma hegemonia política e social do campo socialista. Para tanto, é necessário identificar, nas sociedades de economia dependente e periférica, como a dinâmica estrutural do capitalismo se apresenta na conjuntura presente e personificar essa dinâmica em inimigos concretos e bem definidos, que devem ser combatidos incansavelmente. É o caso dos bilionários e dos super ricos em geral, das BigTechs, dos núcleos de organização social do fascismo tais como suas milícias armadas – no Brasil, fundamental os Clubes de Colecionadores, Atiradores, Caçadores, (CACs) – e qualquer tipo de organização supremacista, racista, misógina, etc.

1.6. Com o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo e a correlata crise das democracias liberais do pós-Segunda Guerra Mundial, a luta contra o autoritarismo e a democracia aparecem como campo fundamental de disputa, exigindo ao mesmo tempo a defesa intransigente das instituições contra o avanço fascista e a construção de mecanismos inovadores de participação popular que ampliem os limites da democracia representativa. Esta tensão entre defender conquistas democráticas e radicalizá-

-las marca um dos principais desafios para um projeto socialista contemporâneo. A construção de uma frente antifascista permanente se mostra como necessidade, reconhecendo que o autoritarismo de extrema-direita representa uma ameaça duradoura que exige respostas tanto institucionais quanto de mobilização popular. É neste campo de luta mais amplo que nós mesmos que precisamos fazer com que nosso projeto político se estabeleça tendo como terreno à luta social presente nas redes e nas ruas. Essa estratégia vem sendo posta em prática pelo campo político da Frente Povo Sem Medo, sob a liderança do MTST no campo social e do camarada Guilherme Boulos no campo político-institucional desde a conjuntura do golpe contra a presidenta Dilma em 2016 e continuou com a frente ampla eleitoral contra Jair Bolsonaro em 2018, todo o processo de organização social e resistência contra a política fascista bolsonarista de morte por fome e ou pela falta de vacina na pandemia da Covid-19, culminando em uma frente política e social que elegeu Lula em 2023 e sustenta socialmente seu governo.

1.7. No campo econômico, o programa do socialismo do século XXI precisa formular alternativas concretas à crise estrutural do capital, combinando o resgate de instrumentos de planejamento estatal com novas formas de organização popular da pro-

dução. O controle estatal sobre setores estratégicos deve dialogar com as demandas emergentes da economia digital e dos trabalhadores precarizados, propondo desde a redução da jornada de trabalho até novas formas de regulação do capital tecnológico. A construção de uma economia popular solidária, visível nas experiências das cozinhas solidárias, das cooperativas e feiras autogestionárias, aponta caminhos para superar a dicotomia entre estatismo e neoliberalismo. É fundamental compatibilizar um programa nacional de desenvolvimento, retomando nossa soberania e capacidade de produção em áreas estratégicas da economia, como a defesa do meio ambiente e os direitos dos povos indígenas e tradicionais. Para isso, é preciso derrotar os mecanismos institucionais que foram impostos pela burguesia e seus representantes no Congresso Nacional para favorecer o capital rentista e o agronegócio.

1.8. A organização popular constitui o eixo central para qualquer projeto transformador neste século. Isso exige superar visões restritas ao mundo fabril tradicional, incorporando como sujeitos estratégicos os coletivos e movimentos das periferias urbanas, os movimentos indígenas, quilombolas, feministas, antirracistas e as juventudes. O PSOL enfrenta o desafio de se transformar num partido enraizado nestas lutas, capaz não apenas de apoiá-las, mas de ser instrumento

ativo de sua organização e radicalização, tanto na dimensão do território quanto na arena digital, cada vez mais central para a luta de classes contemporânea. Isso passa necessariamente por uma renovação programática e organizativa que supere tanto o risco da institucionalização acomodada quanto do sectarismo estéril.

1.9. O socialismo do século XXI precisa incorporar de forma orgânica a luta anti-capacitista como eixo estrutural de seu projeto transformador, rompendo com a lógica capitalista que condiciona o valor humano à produtividade. Isso exige uma profunda revolução cultural e material que garanta não apenas direitos formais, mas condições concretas para uma existência plena e autônoma para todos os corpos e mentes. A construção de uma sociedade verdadeiramente socialista passa necessariamente pela criação de um novo paradigma de interdependência, onde os cuidados coletivos e a acessibilidade radical (física, comunicacional e atitudinal) sejam pilares da organização social. E passa também por uma revalorização da política junto às classes populares a partir de valores e práticas de solidariedade e recusa aos privilégios da classe política, seguindo a inspiração do camarada Pepe Mujica e de tantas outras referências socialistas da América Latina.

1.10. A dimensão internacionalista do socialismo exige hoje uma análise

se cuidadosa da nova configuração geopolítica, em particular da disputa entre EUA e China, evitando tanto alinhamentos automáticos quanto visões simplistas. A defesa da soberania nacional deve articular-se com uma perspectiva internacionalista consequente, reconhecendo que as lutas contra o capital financeiro, contra as Big Techs e de enfrentamento ao modelo econômico que provoca a crise climática são necessariamente transnacionais. Porém, é preciso superar o mundo unipolar e a dominância do Bloco de Poder EUA-UE e OTAN que dão sustentação ao genocídio do povo palestino por parte do Estado de Israel. Neste sentido, o BRICS e outras articulações do Sul Global são alternativas econômicas e comerciais de caráter estratégico e de afirmação da nossa soberania política e econômica.

1.11. A construção deste programa exige superar definitivamente qualquer visão do PSOL como mera alternativa ao PT, afirmando-o como projeto político autônomo e capaz de dialogar com as novas gerações de lutadores sociais. O desafio é transformar o partido num instrumento eficaz de organização popular que, sem perder sua capacidade institucional, seja antes de tudo uma ferramenta de acumulação de forças para a transformação radical da sociedade. Desta maneira, apresentamos o que consideramos as bases Estratégicas para um Projeto Socialista no Século XXI:

1. Democracia Popular e Estado Socialista de Direito

- Construção de um Estado radicalmente democrático, com mecanismos de participação direta (conselhos populares, orçamento participativo, democracia digital);
- Enfrentamento estrutural ao fascismo e aos autoritarismos, garantindo liberdades democráticas com justiça social;
- Reforma do sistema político para superar o poder do capital e ampliar a representação popular.

2. Socialismo como Superação da Crise Ambiental e a Emergência Climática

- Transição justa para um modelo econômico pós-extrativista, com planejamento ecológico de longo prazo;
- Defesa intransigente dos territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e justiça ambiental;
- Reforma Agrária e Urbana;
- Combate ao agronegócio predatório e promoção da agroecologia popular.
- Combate às milícias garimpeiras e toda forma de apropriação criminosa da terra, das águas e da floresta

3. Economia Planificada Democraticamente e Novo Modelo de Desenvolvimento Socialista

- Controle social dos setores estratégicos (energia, comunicações, finanças) com gestão democrática;
- Articulação de um sistema econômico misto (empresas estatais,

- cooperativas, pequenas propriedades privadas) sob planejamento participativo;
- Soberania tecnológica e industrial, rompendo com a dependência do capital transnacional.
 - Superação do produtivismo capitalista, colocando a vida no centro da economia;
 - Redução da jornada de trabalho e garantia de renda básica universal;
 - Democratização dos meios de comunicação e cultura, combatendo o poder das Big Techs com soberania digital.

4. Soberania Nacional e Internacionalismo Solidário

- Defesa ativa da autodeterminação dos povos contra o imperialismo e o neocolonialismo;

- Política externa independente e multilateral, com cooperação Sul-Sul e integração latino-americana;
- Punição internacional aos genocidas do estado de Israel e instituição imediata de um Estado Palestino

5. Socialismo Antirracista, Feminista e Inclusivo

- Combate estrutural ao racismo, patriarcado, LGBTfobia e capacitismo como eixos centrais do projeto socialista;
- Políticas de reparação histórica e garantia de direitos para populações historicamente oprimidas;
- Reconhecimento dos saberes tradicionais e diálogo com cosmovisões não-ocidentais.

Cadernos de debate

O PSOL completa 20 anos de legalização em 2025 e decidimos celebrar com um rico e profundo processo de renovação programática. Para contribuir, a FLCMF organizou um caderno de debates que reflete a diversidade do nosso partido. Começamos com o eixo 1, Socialismo no Século XXI.

 FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL


PSOL

